

No. 28329

**BRAZIL
and
MOZAMBIQUE**

**Agreement on cultural cooperation. Signed at Maputo on
1 June 1989**

Authentic text: Portuguese.

Registered by Brazil on 26 August 1991.

**BRÉSIL
et
MOZAMBIQUE**

**Accord de coopération culturelle. Signé à Maputo le 1^{er} juin
1989**

Texte authentique : portugais.

Enregistré par le Brésil le 26 août 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular de Moçambique
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Desejosos de fortalecer os laços comuns de amizade e
compreensão existentes entre seus dois povos e de promover as relações
culturais entre os dois países;

Conscientes dos vínculos culturais que unem os seus povos;

Tendo em mente os objetivos do Acordo Geral de Cooperação
entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de
Moçambique, firmado em Brasília, em 15 de setembro de 1981,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes comprometem-se a promover a cooperação
mútua nos domínios da cultura, da educação, da arte, dos esportes e da
comunicação social e, com essa finalidade, a desenvolver ações,
projetos e programas de intercâmbio e cooperação cultural que serão
executados ao abrigo do presente Acordo.

ARTIGO II

As ações, projetos e programas serão os instrumentos
executivos deste Acordo e deverão, sempre que possível, especificar,
entre outros, os seguintes elementos: cronograma de execução, recursos

financeiros e humanos a empenhar, órgãos executores e obrigações especiais, não previstas no presente Acordo, a serem assumidas pelas Partes.

ARTIGO III

As Partes Contratantes poderão, sempre que julgarem conveniente, e, de comum acordo, solicitar a participação de organismos internacionais e de entidades governamentais ou não-governamentais, no financiamento e execução das ações, projetos e programas que venham a definir.

ARTIGO IV

Os privilégios a serem concedidos aos peritos de uma das Partes no Território da outra serão objeto de instrumentos específicos a serem oportunamente negociados.

ARTIGO V

1. Cada Parte Contratante compromete-se a estimular os contatos entre os seus estabelecimentos de ensino superior e outros e a promover o intercâmbio de seus professores por meio de estágios no território da outra Parte a fim de ministrarem cursos ou realizarem pesquisas.
2. As Partes Contratantes estimularão troca de delegações e de documentação no âmbito de aplicação do presente Acordo.

ARTIGO VI

1. Cada Parte Contratante concederá ou estimulará a concessão de bolsas de estudos a nacionais da outra Parte para iniciar ou prosseguir estudos, estágios, cursos de especialização ou de aperfeiçoamento.
2. Aos beneficiários dessas bolsas será concedida dispensa de exames de admissão e dos pagamentos de taxas de matrículas.
3. As condições de envio e estada dos beneficiários de bolsas de estudos, no território da outra Parte, serão definidas pela Subcomissão

de que trata o Artigo XXI do presente Acordo, no âmbito da Comissão Mista permanente da qual é órgão.

ARTIGO VII

As Partes Contratante darão a conhecer, anualmente, por via diplomática, as suas ofertas, concernentes às áreas de estudo e ao número de estudantes da outra Parte que poderão ingressar, sem exames de admissão, na série inicial de suas instituições de educação superior, isentos de quaisquer taxas escolares.

ARTIGO VIII

1. A transferência de estudantes de uma das Partes para estabelecimentos educacionais da outra ficará condicionada à apresentação pelo interessado de certificado de aprovação de estudos realizados, devidamente reconhecidos e legalizados pelo país de origem.

2. A revalidação e adaptação dos estudos se realizarão de acordo com as normas estabelecidas pela legislação do país onde os estudos tiverem prosseguimento.

3. Em qualquer caso, a transferência estará subordinada a prévia aceitação da instituição de ensino para a qual o estudante deseja transferir-se.

ARTIGO IX

Os diplomas e títulos expedidos por instituições de ensino superior de uma das Partes Contratantes terão validade no território da outra Parte, desde que preencham as condições de equiparação exigidas pela legislação vigente em cada Parte Contratante.

ARTIGO X

As Partes Contratantes promoverão:

- a) visitas de estudo e de informação, individuais ou em grupo, e participação em congressos e outras reuniões de escritores, historiadores, artistas, professores, cientistas, técnicos e outras personalidades representativas destes domínios;
- b) intercâmbio de investigadores e especialistas, individualmente ou integrados em missões.

ARTIGO XI

As Partes Contratantes, com o objetivo de desenvolver o intercâmbio entre os dois países no domínio do cinema, promoverão:

- a) exibição de películas documentárias, artísticas e educativas;
- b) a realização de semanas, ciclos ou sessões de cinema, bem como contactos entre cinematecas, com vistas ao estudo e divulgação das respectivas cinematografias.

ARTIGO XII

Cada Parte Contratante promoverá, no território da outra, o conhecimento do seu património cultural, nomeadamente por meio de:

- a) conferências, colóquios e outras reuniões de caráter análogo;
- b) exposições artísticas, bibliográficas e outras;
- c) intercâmbio de grupos artísticos, musicais ou de folclore;
- d) intercâmbio de filmes, discos, publicações, livros e periódicos.

ARTIGO XIII

Cada Parte Contratante favorecerá e estimulará a cooperação entre as respectivas universidades, instituições de ensino superior, museus, bibliotecas, centros de cultura e demais instituições culturais.

ARTIGO XIV

As Partes Contratantes procurarão transmitir, em publicações de divulgação, o conhecimento da história e dos valores culturais da outra Parte, com base em documentação trocada para efeito.

ARTIGO XV

1. Cada Parte Contratante procurará promover através das suas instituições, especialmente sociedades de escritores e de artistas e institutos de livro, o envio regular de suas publicações com destino às bibliotecas da outra Parte.

2. Cada uma das Partes Contratantes estimulará a edição, a co-edição e a importação de obras literárias, educacionais, artísticas e técnicas de autores nacionais da outra Parte.

ARTIGO XVI

Cada Parte Contratante protegerá, no seu território, os direitos de propriedade artística e intelectual originária da outra Parte, em harmonia com as convenções internacionais a que tenha aderido ou venha a aderir no futuro.

ARTIGO XVII

1. Ambas as Partes Contratantes estimularão o intercâmbio e a co-produção de material de rádio e de televisão, e incentivarão o intercâmbio no setor de rádio e televisão educativa.

2. Cada Parte Contratante compromete-se a receber, em seu território, candidaturas da outra Parte para a frequência de cursos de formação e aperfeiçoamento, e participação em estágios profissionais no domínio do jornal, rádio e televisão.

ARTIGO XVIII

As Partes Contratantes promoverão o intercâmbio e a cooperação entre suas organizações esportivas, com vista ao desenvolvimento do esporte e a realização de competições.

ARTIGO XIX

As Partes Contratantes procurarão propiciar as necessárias facilidades alfandegárias e isenção de direitos e taxas aduaneiras relativas à entrada, em seu território, de todo o material não destinado a fins comerciais e que tenha como objetivo a concretização das atividades decorrentes do presente Acordo.

ARTIGO XX

Para aplicação das facilidades e isenções a que se refere o Artigo precedente, o Governo interessado proporcionará ao outro, por via oficial, a descrição pormenorizada dos objetos ou materiais para os quais tenha pedido entrada no território da outra Parte, assim como as demais circunstâncias referentes ao pedido de isenção.

ARTIGO XXI

1. Para velar pela aplicação do presente Acordo e adotar quaisquer medidas necessárias à promoção do ulterior desenvolvimento das relações culturais entre os dois países, é constituída uma Subcomissão para Assuntos Culturais no âmbito da Comissão Mista Permanente, estabelecida pelo Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Moçambique, firmado em Brasília, em 15 de setembro de 1981.

2. A Subcomissão terá, entre outras, as seguintes atribuições:
- a) avaliar a implementação do presente Acordo;
 - b) apresentar sugestões com vistas a facilitar sua execução, e
 - c) planejar ações e formular projetos e programas de intercâmbio cultural e educacional.
3. A referida Subcomissão reunir-se-á por ocasião das reuniões da Comissão Mista Permanente da qual é órgão, ou separadamente, sempre que necessário.

ARTIGO XXII

1. Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra do cumprimento das respectivas formalidades constitucionais necessárias à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data do recebimento da segunda dessas notificações.
2. O presente Acordo permanecerá em vigor por período ilimitado, a menos que uma das Partes Contratantes o denuncie, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis meses após a data da respectiva notificação.
3. A denúncia ou expiração do Acordo não afetará o cumprimento dos programas e projetos em execução e ainda não concluídos, salvo quando as Partes Contratantes convierem o contrário.

Feito em Maputo, ao 01 dia do mês de Julho de 1989, em dois originais em português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo
da República Federativa do Brasil:
[Signed — Signé]
CARLOS LUIZ COUTINHO PEREZ
Embaixador

Pelo Governo
da República Popular de Moçambique:
[Signed — Signé]
JACINTO SOARES VELOSO
Ministro de Cooperação

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT¹ ON CULTURAL COOPERATION BETWEEN THE
GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL
AND THE GOVERNMENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF
MOZAMBIQUE

The Government of the Federative Republic of Brazil and
The Government of the People's Republic of Mozambique,
(Hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Desiring to strengthen the mutual ties of friendship and understanding between
their two peoples and to promote cultural relations between their two countries,

Aware of the cultural ties between their peoples,

Bearing in mind the aims of the General Agreement on Co-operation between
the Federative Republic of Brazil and the People's Republic of Mozambique, signed
at Brasília on 15 September 1981,²

Have agreed as follows:

Article I

The Contracting Parties undertake to promote mutual cooperation in the fields
of culture, education, art, sports and social communication and, to that end, to de-
velop actions, projects and programmes for cultural exchanges and cooperation to
be carried out under this Agreement.

Article II

Actions, projects and programmes shall be the means by which this Agreement
is implemented and shall to the extent possible specify the following elements, *inter
alia*: implementation timetable, financial and human resources to be mobilized, exe-
cuting agencies, and special obligations not provided for in this Agreement to be
assumed by the Parties.

Article III

As and when the Contracting Parties deem appropriate, they may, by mutual
agreement, request the participation of international agencies and governmental and
non-governmental bodies in the financing and implementation of the actions, proj-
ects and programmes which they establish.

Article IV

Privileges to be granted to the experts of either Party in the territory of the other
shall be the subject of specific instruments to be negotiated in due course.

¹ Came into force on 26 April 1991, the date of receipt of the last of the notifications (of 5 and 25 April 1991) by
which the Contracting Parties informed each other of the completion of their respective constitutional requirements, in
accordance with article XXII (1).

² United Nations, *Treaty Series*, vol. 1379, p. 129.

Article V

1. Each Contracting Party undertakes to encourage contacts between its institutions of higher learning and those of the other Party and to promote exchanges of its teachers by enabling them to spend time in the territory of the other Party for the purpose of teaching courses or pursuing research.

2. The Contracting Parties shall encourage exchanges of delegations and of documentation within the scope of this Agreement.

Article VI

1. Each Contracting Party shall grant or encourage the granting of scholarships to nationals of the other Party so that they may commence or pursue studies, engage in teaching or research, or undertake courses of specialized or advanced training.

2. Recipients of such scholarships shall be exempted from taking entrance examinations and from paying matriculation fees.

3. The terms on which scholarship recipients shall be sent to and stay in the territory of the other Party shall be determined by the Subcommission referred to in article XXI of this Agreement, within the scope of the Permanent Joint Commission of which it is a subsidiary body.

Article VII

The Contracting Parties shall notify each other each year, through the diplomatic channel, of their proposals concerning the areas of study and the number of students from the other Party who, without taking entrance examinations or paying school fees, may be admitted to the first year of their institutions of higher learning.

Article VIII

1. Transfers of students from one Party to educational institutions in the other Party shall be subject to submission by the individual concerned of a certificate of studies duly validated and authenticated by the country of origin.

2. Studies shall be revalidated and made equivalent in accordance with the norms established by the legislation of the country in which the studies are to be pursued.

3. In any case, transfers shall be subject to prior approval by the institution of higher learning to which the student wishes to transfer.

Article IX

Diplomas and qualifications awarded by institutions of higher learning of one Contracting Party shall be valid in the territory of the other Party, provided that they meet the equivalency requirements established by the legislation in force in each Contracting State.

Article X

The Contracting Parties shall encourage:

(a) Study and informational visits by individuals and groups and participation in congresses and other meetings of writers, historians, artists, teachers, scientists, experts and other representative figures in these fields;

(b) Exchanges of researchers and specialists, either individually or as members of missions.

Article XI

The Contracting Parties shall, with a view to developing cinematographic exchanges between the two countries, promote:

- (a) Screenings of documentary, feature and educational films;
- (b) Film festivals, series or showings, as well as contacts between film libraries, with a view to the study and dissemination of their respective cinematographic works.

Article XII

Each Contracting Party shall promote knowledge of its cultural heritage in the territory of the other Party, especially through:

- (a) Conferences, symposiums and other meetings of a similar nature;
- (b) Art, book and other exhibitions;
- (c) Exchanges of artistic, musical and folklore groups;
- (d) Exchanges of films, records, publications, books and periodicals.

Article XIII

The two Contracting Parties shall promote and encourage cooperation between their respective universities, institutions of higher learning, museums, libraries, cultural centres and other cultural institutions.

Article XIV

The Contracting Parties shall seek to transmit through the media knowledge of the history and cultural values of the other Party, based on documentation exchanged for this purpose.

Article XV

1. Each Contracting Party shall seek to promote through its institutions, especially societies of writers and artists and book institutes, the forwarding, on a regular basis, of its publications to the libraries of the other Party.
2. Each Contracting Party shall encourage the publication, co-publication and importation of literary, educational, artistic and technical works by national authors of the other Party.

Article XVI

Each Contracting Party shall protect, in its territory, artistic and intellectual property rights originating in the territory of the other Party, in accordance with the international conventions to which it has acceded or may accede in the future.

Article XVII

1. The two Contracting Parties shall encourage the exchange and co-production of radio and television programmes and shall promote exchanges in the field of educational radio and television.

2. Each Contracting Party undertakes to receive in its territory applicants from the other Party who are to attend training and advanced training courses and to participate in professional internships in the field of journalism, radio and television.

Article XVIII

The Contracting Parties shall promote exchanges and cooperation between their sports organizations with a view to developing sports and arranging competitions.

Article XIX

The Contracting Parties shall seek to provide the necessary customs facilities and exemption from customs duties and tariffs in respect of the entry into their territory of any non-commercial materials intended for use in carrying out activities under this Agreement.

Article XX

For the purpose of arranging the facilities and exemptions referred to in the preceding article, the Government concerned shall provide the other, through official channels, with a detailed description of the items or materials whose entry into the territory of the other Party it has requested, as well as other details relating to the exemption request.

Article XXI

1. For the purpose of monitoring the implementation of this Agreement and taking any steps necessary to promote the further development of cultural relations between the two countries, a Cultural Subcommittee shall be set up under the Permanent Joint Commission established by the General Agreement on Cooperation between the Federative Republic of Brazil and the People's Republic of Mozambique, signed at Brasília on 15 September 1981.

2. The Subcommittee shall be responsible for, *inter alia*, the following:

- (a) Evaluating the implementation of this Agreement;
- (b) Submitting suggestions to facilitate its implementation; and
- (c) Planning actions and formulating projects and programmes for cultural and educational exchanges.

3. The Subcommittee shall meet during meetings of the Permanent Joint Commission, of which it is a subsidiary body, or separately, whenever necessary.

Article XXII

1. Each Contracting Party shall notify the other of fulfilment of their respective constitutional requirements for approval of this Agreement, which shall enter into force on the date on which the latter of these notifications is received.

2. This Agreement shall remain in force for an unlimited period unless one or other Contracting Party terminates it through the diplomatic channel. Such termination shall take effect six months after the date of notification.

3. Termination or expiry of the Agreement shall not affect the completion of ongoing programmes and projects, unless the Contracting Parties agree otherwise.

DONE at Maputo on 1 June 1989, in duplicate in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic of Brazil:

[Signed]

CARLOS LUIZ COUTINHO PEREZ
Ambassador

For the Government
of the People's Republic
of Mozambique:

[Signed]

JACINTO SOARES VELOSO
Minister for Cooperation

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ DE COOPÉRATION CULTURELLE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE POPULAIRE DU MOZAMBIQUE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République populaire du Mozambique,

(Ci-après dénommés « les Parties contractantes »),

Désireux de renforcer les liens communs d'amitié et de compréhension existant entre leurs deux peuples et de promouvoir les relations culturelles entre les deux pays,

Conscients des liens qui unissent leurs peuples sur le plan culturel,

Tenant compte des objectifs de l'Accord général de coopération entre la République fédérative du Brésil et la République populaire du Mozambique, signé à Brasília le 15 septembre 1981²,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

Les Parties contractantes s'engagent à encourager la coopération mutuelle dans les domaines de la culture, de l'éducation, de l'art, des sports et de la communication sociale et, à cette fin, à mettre en œuvre des actions, projets et programmes d'échanges et de coopération culturelle qui seront menés à bien dans le cadre du présent Accord.

Article II

Les actions, projets et programmes seront les instruments d'exécution du présent Accord et devront, chaque fois que possible, présenter, entre autres, les éléments suivants : calendrier d'exécution, ressources financières et humaines à engager, organes d'exécution et obligations particulières non prévues dans le présent Accord qui devront être assumées par les Parties.

Article III

Les Parties contractantes pourront, chaque fois qu'elles l'estimeront convenable et d'un commun accord, demander la participation d'organismes internationaux et d'entités gouvernementales ou non gouvernementales au financement et à la mise en œuvre des actions, projets et programmes qui seront définis.

¹ Entré en vigueur le 26 avril 1991, date de réception de la dernière des notifications (des 5 et 25 avril 1991) par lesquelles les Parties contractantes se sont informées de l'accomplissement de leurs formalités constitutionnelles respectives nécessaires, conformément au paragraphe 1 de l'article XXII.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 1379, p. 129.

Article IV

Les privilèges à accorder aux experts de l'une des Parties sur le territoire de l'autre Partie feront l'objet d'instruments particuliers qui seront négociés en temps opportun.

Article V

1. Chaque Partie contractante s'engage à stimuler les contacts entre ses établissements d'enseignement supérieur et autres et à encourager l'échange de ses professeurs au moyen de stages sur le territoire de l'autre Partie en vue de dispenser des cours ou d'exécuter des recherches.

2. Les Parties contractantes stimuleront l'échange de délégations et de documentation dans le cadre de l'application du présent Accord.

Article VI

1. Chaque Partie contractante concédera ou stimulera l'octroi de bourses d'études aux ressortissants de l'autre Partie pour leur permettre de commencer ou de poursuivre des études, des stages, des cours de spécialisation ou de perfectionnement.

2. Il sera accordé aux bénéficiaires de ces bourses une dispense d'examen d'admission et de paiement des droits d'inscription.

3. Les conditions d'envoi et de séjour des bénéficiaires de bourses d'études, sur le territoire de l'autre Partie, seront définies par la Sous-Commission mentionnée à l'article XXI du présent Accord, dans le cadre de la Commission mixte permanente dont elle est l'organe.

Article VII

Les Parties contractantes se communiqueront annuellement, par la voie diplomatique, leurs offres concernant les domaines d'études et le nombre des étudiants de l'autre Partie qui pourront entrer, sans examen d'admission, dans ses établissements d'enseignement supérieur au niveau de la première année, en bénéficiant de l'exemption de tous droits de scolarité.

Article VIII

1. Le transfert des étudiants de l'une des Parties dans les établissements d'enseignement de l'autre Partie sera subordonné à la présentation par l'intéressé de certificats de réussite aux examens pour les études effectuées, dûment reconnus et légalisés par le pays d'origine.

2. La revalidation et l'équivalence des études s'effectueront conformément aux normes établies par la législation du pays où les études devront être poursuivies.

3. Dans chaque cas, le transfert sera subordonné à l'acceptation préalable de l'institution d'enseignement dans laquelle l'étudiant désire se rendre.

Article IX

Les diplômes ou titres délivrés par les établissements d'enseignement supérieur de l'une des Parties contractantes seront valides dans le territoire de l'autre Partie, sous réserve que soient remplies les conditions de concordance exigées par la législation en vigueur de chaque Partie contractante.

Article X

Les Parties contractantes favoriseront :

a) Les visites d'étude et d'information, individuelles ou en groupe, et la participation à des congrès et autres réunions d'écrivains, d'historiens, d'artistes, de professeurs, de scientifiques, de techniciens et autres personnalités représentatives de ces domaines;

b) L'échange de chercheurs et de spécialistes, individuellement ou groupés en missions.

Article XI

En vue de développer les échanges entre les deux pays dans le domaine du cinéma, les Parties contractantes encourageront :

a) La projection de films documentaires, artistiques et éducatifs;

b) L'organisation de semaines, cycles ou séances cinématographiques, ainsi que de contacts entre cinémathèques, en vue de l'étude et de la diffusion des cinématographies respectives.

Article XII

Chaque Partie contractante favorisera, sur le territoire de l'autre, la connaissance de son patrimoine culturel, notamment par le moyen de :

a) Conférences, colloques et autres réunions de caractère analogue;

b) Expositions artistiques, bibliographiques et autres;

c) Echanges de groupes artistiques, musicaux ou folkloriques;

d) Echanges de films, disques, publications, livres et périodiques.

Article XIII

Chaque Partie contractante favorisera et stimulera la coopération entre les universités, les établissements d'enseignement supérieur, les musées, les bibliothèques, les centres culturels et autres institutions culturelles des deux pays.

Article XIV

Les Parties contractantes s'efforceront de transmettre, par des publications de vulgarisation, la connaissance de l'histoire et des valeurs culturelles de l'autre Partie, sur la base de la documentation échangée à cet effet.

Article XV

1. Chaque Partie contractante s'efforcera de promouvoir, par l'intermédiaire de ses institutions, particulièrement les associations d'écrivains et d'artistes et les instituts du livre, l'envoi régulier de leurs publications aux bibliothèques de l'autre Partie.

2. Chacune des Parties contractantes stimulera l'édition, la coédition et l'importation d'œuvres littéraires, pédagogiques, artistiques et techniques d'auteurs nationaux de l'autre Partie.

Article XVI

Chaque Partie contractante protégera, sur son territoire, les droits de la propriété artistique et intellectuelle originaire de l'autre Partie, en harmonie avec les conventions internationales auxquelles elle a adhéré ou doit adhérer ultérieurement.

Article XVII

1. Les deux Parties contractantes stimuleront les échanges et la coproduction de matériel de radio et de télévision, et encourageront les échanges dans le secteur de la radio et de la télévision éducatives.

2. Chaque Partie contractante s'engage à recevoir, sur son territoire, les candidatures de l'autre Partie pour la fréquentation de cours de formation et de perfectionnement, et pour la participation à des stages professionnels dans le domaine de la presse, de la radio et de la télévision.

Article XVIII

Les Parties contractantes encourageront les échanges et la coopération entre leurs organisations sportives, en vue du développement des sports et de l'organisation de compétitions.

Article XIX

Les Parties contractantes s'efforceront d'accorder les facilités douanières nécessaires et l'exemption des droits et taxes de douane relatifs à l'entrée sur leur territoire de tout matériel non destiné à des fins commerciales et devant servir à la mise en œuvre des activités découlant du présent Accord.

Article XX

En vue de la mise en œuvre des facilités et exemptions mentionnées dans l'article qui précède, le Gouvernement intéressé fera parvenir à l'autre, par la voie officielle, une description détaillée des objets ou matériels pour lesquels il aura demandé l'entrée sur le territoire de l'autre Partie, ainsi que des autres circonstances relatives à la demande d'exemption.

Article XXI

1. Pour veiller à l'application du présent Accord et prendre toutes mesures nécessaires à l'encouragement du développement ultérieur des relations culturelles entre les deux pays, il est créé une Sous-Commission des affaires culturelles dans le cadre de la Commission mixte permanente établie en application de l'Accord général de coopération entre la République fédérative du Brésil et la République populaire du Mozambique, signé à Brasília le 15 septembre 1981.

2. La Sous-Commission aura, en outre, les attributions suivantes :

- a) Evaluer la mise en œuvre du présent Accord;
- b) Présenter des suggestions en vue de faciliter son exécution; et
- c) Planifier des actions et formuler des projets et des programmes d'échanges dans les domaines de la culture et de l'éducation.

3. La Sous-Commission ci-dessus mentionnée se réunira à l'occasion des réunions de la Commission mixte permanente dont elle est l'organe, ou séparément chaque fois que de besoin.

Article XXII

1. Chacune des Parties contractantes informera l'autre de l'accomplissement des formalités constitutionnelles respectives nécessaires à la ratification du présent Accord, lequel entrera en vigueur à la date de la réception de la dernière desdites notifications.

2. Le présent Accord demeurera en vigueur pendant une période illimitée, à moins que l'une des Parties contractantes ne le dénonce par la voie diplomatique. La dénonciation prendra effet dans un délai de six mois après la date de la dénonciation en question.

3. La dénonciation ou l'expiration de l'Accord n'affectera pas la réalisation des programmes et projets en cours d'exécution et non achevés, sauf si les Parties contractantes conviennent de dispositions à effet contraire.

FAIT à Maputo, le 1^{er} juin 1989, en deux originaux en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République Fédérative du Brésil :

L'Ambassadeur,

[Signé]

CARLOS LUIZ COUTINHO PEREZ

Pour le Gouvernement
de la République Populaire
du Mozambique :

Le Ministre de la coopération,

[Signé]

JACINTO SOARES VELOSO